



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Controlo Orçamental

2012/2253(INI)

19.3.2013

PARECER

da Comissão do Controlo Orçamental

dirigido à Comissão dos Assuntos Externos

sobre a recomendação ao SEAE e ao Conselho sobre a revisão 2013 relativa à organização e ao funcionamento do SEAE
(2012/2253(INI))

Relator de parecer: Ivailo Kalfin

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Controlo Orçamental insta a Comissão dos Assuntos Externos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Regista que o SEAE é uma instituição criada recentemente, que resulta da consolidação de vários serviços diferentes e que 2011 foi o seu primeiro ano de funcionamento, tendo criado inúmeros desafios técnicos a ultrapassar, em particular, em matéria de concursos públicos, recrutamento e cultura e práticas institucionais;
2. Louva os excelentes exemplos de coordenação entre o SEAE e outras instituições e doadores internacionais e recomenda que estas práticas sejam incrementadas para os padrões;
3. Salaria que, quando o SEAE foi criado, por razões relacionadas com os custos a Comissão assumiu dois domínios administrativos - a auditoria interna e a contabilidade; reconhece que efetivamente foram efetuadas poupanças e defende a continuidade desta cooperação;
4. Recomenda que o SEAE procure constantemente sinergias e valor acrescentado da sua interação com os Estados-Membros, tanto em termos de partilha de informações e análise como no desempenho das funções de representação diplomática nos respetivos países terceiros;
5. Regista o intenso período de recrutamento no primeiro ano de funcionamento do SEAE com vista a assegurar o quadro de pessoal total; além disso, constata que em algumas delegações específicas é mais difícil preencher alguns lugares, principalmente devido ao nível de risco associado à respetiva localização;
6. Considera que é difícil fazer comparações pormenorizadas acerca das condições predominantes nas quais o SEAE tem de funcionar nos 140 locais; portanto, recomenda que os padrões de referência sejam definidos relativamente aos serviços diplomáticos dos Estados-Membros da UE no mesmo país;
7. Lamenta o desequilíbrio geográfico e de género existente no seio do SEAE, sendo a proporção do pessoal proveniente dos novos Estados-Membros menor do que a da UE-15 (maioritariamente nos níveis inferiores a chefe de delegação) e relativamente pequeno o número de mulheres representadas; insta o SEAE a tomar as medidas necessárias com vista à resolução desta situação;
8. Regista com satisfação o desempenho e a gestão de 8 800 candidatos, tendo sido efetuadas 1 300 entrevistas e preenchidas 118 vagas em 2011;
9. Regista que 39,5% dos embaixadores da União são provenientes dos Estados-Membros; recorda o acordo estipulando que um terço dos lugares deve ser preenchido por pessoal dos Estados-Membros; solicita à Alta Representante que aplique esse acordo, assegurando que ele também abrange os lugares de nível médio e superior da quota;

10. Realça que existe um desequilíbrio nas delegações entre o pessoal do SEAE e da Comissão; solicita que mais pessoal do SEAE seja transferido da sede para as delegações;
11. Insiste na análise das 36 delegações que são constituídas apenas pelo embaixador, com vista ao seu encerramento ou ao aumento do seu pessoal, conforme o adequado;
12. Exorta vivamente o SEAE - no que respeita às disposições em matéria de missões - a adotar práticas idênticas às aplicadas pelos Estados-Membros em circunstâncias comparáveis;
13. Insiste no alinhamento do número de dias de licença e de outros dias de descanso a nível local pelas disposições aplicáveis às representações diplomáticas dos Estados-Membros no mesmo local, através da revisão do Anexo X do Estatuto (países terceiros);
14. Está convicto de que a revisão do SEAE constitui um fórum onde pode ser efetuada uma análise pormenorizada da compatibilidade entre os recursos disponíveis e as funções a desempenhar pelo SEAE e das eventuais modificações necessárias para assegurar o mais elevado nível de eficácia das suas operações; considera que uma avaliação dos imóveis utilizados pelo SEAE deve incluir comparações com outras missões diplomáticas no mesmo local, em vez de se fazer entre instalações do SEAE em países muito diferentes;
15. Solicita a apresentação de um plano plurianual para os edifícios da UE, bem como para a segurança do pessoal e dos imóveis, em todos os países terceiros com representações da UE;
16. Insiste na necessidade duma análise da eficácia dos acordos de nível de serviço entre o SEAE e a Comissão e o SGC respetivamente e sugere a alteração dos acordos existentes e a celebração de novos acordos, se for adequado, a fim de solucionar os problemas relativos à gestão administrativa.

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	18.3.2013
Resultado da votação final	+: 24 -: 0 0: 0
Deputados presentes no momento da votação final	Jean-Pierre Audy, Inés Ayala Sender, Zuzana Brzobohatá, Andrea Češková, Ryszard Czarnecki, Tamás Deutsch, Martin Ehrenhauser, Jens Geier, Gerben-Jan Gerbrandy, Ingeborg Gräßle, Jan Mulder, Eva Ortiz Vilella, Monika Panayotova, Aldo Patriciello, Paul Rübig, Petri Sarvamaa, Bart Staes, Georgios Stavrakakis, Søren Bo Søndergaard
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Jorgo Chatzimarkakis, Edit Herczog, Ivailo Kalfin, Olle Schmidt, Derek Vaughan
Suplente(s) (nº 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final	Peter Jahr